



DOS DESDOBRAMENTOS PSÍQUICOS DO NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE DO DISPOSITIVO NEOLIBERAL DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

OF THE PSYCHIC DEVELOPMENTS OF NEOLIBERALISM: AN ANALYSIS OF
THE NEOLIBERAL DEVICE FOR THE PRODUCTION OF SUBJECTIVITIES

 *Rubens Dódoro Ferreira Cardoso**

 *Manoel de Christo Neto***

>> Resumo

O presente artigo objetiva evidenciar os desdobramentos psíquicos do neoliberalismo no sujeito contemporâneo a partir da análise das estratégias empreendidas por alguns dos elementos díspares que atuam como seus sustentáculos ideológicos, tais quais decisões político-governamentais, práticas discursivas, novas organizações do trabalho e as ciências “psi” e suas categorias diagnósticas. Parte-se da compreensão de que o neoliberalismo é uma governamentalidade, no sentido foucaultiano do termo, a fim de argumentar que ele opera processos de produção de subjetividades a partir do alçamento da concorrência e da desigualdade a princípios reguladores da interação social. Deste modo, lançando mão de pesquisa bibliográfica que articula tanto autores oriundos das teorias sociais críticas quanto da psicanálise, discute-se a tecitura e gestão do sujeito neoliberal que, marcadamente distinto daquele das sociedades industriais-disciplinares do século XIX e início do século XX, e profundamente alienado do poder coercitivo que opera sobre ele, impõe a si mesmo um regime de autoexploração, capaz de encerrá-lo no limite do esgotamento.

>> Palavras-chaves

Subjetivação; Neoliberalismo; Sujeito neoliberal; Sofrimento psíquico

* Psicólogo e psicanalista. Residente do Programa de Atenção à Saúde Mental da Universidade do Estado do Pará (UEPA) / Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV). Membro do Grupo de pesquisa Saúde Mental Contemporânea e suas Implicações na Saúde Pública do FHCGV.

**Mestre em Educação. Professor Adjunto da Universidade da Amazônia (UNAMA). Psicólogo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

>> Abstrac

This article aims to show the psychic consequences of neoliberalism in the contemporary subject from the analysis of the strategies undertaken by some of the disparate elements that act as its ideological pillars, such as political-governmental decisions, discursive practices, new work organizations and the sciences “psi” and its diagnostic categories. It starts from the understanding that neoliberalism is a governmentality, in the Foucauldian sense of the term, in order to argue that it operates processes of production of subjectivities from the elevation of competition and inequality to regulating principles of social interaction. Thus, making use of bibliographical research that articulates both authors from critical social theories and psychoanalysis, the weaving and management of the neoliberal subject is discussed, which, markedly different from that of the industrial-disciplinary societies of the 19th and early 20th centuries, and deeply alienated from the coercive power that operates over him, he imposes on himself a regime of self-exploitation, capable of confining him to the limit of exhaustion.

>> Keywords

Subjectivation; Neoliberalism; Subject neoliberalism; Psychic suffering.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da compreensão de que o neoliberalismo, para além de mera doutrina econômica, configura-se como uma racionalidade, na medida em que, inaugurando novas formas de ser e de pensar, produz um novo sujeito.

O advento do sujeito neoliberal pode ser apreendido a partir do deslocamento radical do liberalismo clássico ao neoliberalismo acerca das modalidades de intervenção estatal. Se o primeiro defendia a participação cada vez menor do Estado na economia a fim de garantir a liberdade entre os agentes econômicos que estabeleciam trocas baseadas no princípio da equivalência; o segundo entende que a liberdade (pensada como tendência à competitividade e livre iniciativa), antes de ser uma condição inata, deve ser diretamente incitada a partir das práticas e dispositivos de governo ao salientar a concorrência como eixo regulador do mercado (DARDOT; LAVAL, 2016).

Assim, como demonstram as tentativas de traçar a história do neoliberalismo (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016; SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2020), sua consolidação no interior da maioria dos países capitalistas contemporâneos se deve a uma identificação do sujeito com a figura da empresa. Isto porque, enquanto produção discursiva, o neoliberalismo conforma o sujeito à uma lógica mercantil a partir da naturalização de uma desigualdade radical. Tal movimento, conforme Foucault nos antecipou no curso sobre o Nascimento da Biopolítica (2008), estabelece modalidades de subjetivação definitivamente distintas daquelas inerentes às sociedades ditas disciplinares-industriais.

Deste modo, esta pesquisa partiu da inquietação provocada pela percepção de que o neoliberalismo enquanto economia política que fundamenta decisões governamentais, bem como prática discursiva que influencia ideologicamente setores diversos do corpo político-social, tem efeitos decisivos para o sujeito e as modalidades de relação que este estabelece, bem como em suas formas de sofrimento psíquico.

Tais transformações na forma de produzir vínculo em sociedade, que podem ser sintetizadas na estratégia neoliberal de incentivo ao empreendedorismo, desdobram-se nos processos de subjetivação em jogo no interior das sociedades que se encontram sob os tentáculos do capitalismo tardio. Haja vista que a hegemonização da lógica neoliberal exige antes a construção de um indivíduo profundamente alienado dos processos de determinação histórico-sociais inerentes à sua constituição.

Este self-made man experiencia uma relação de constante conflito e autoexigência, pois, ao mesmo tempo em que alicerçado em um discurso dominante que postula que todo tipo de realização é possível a depender da vontade e esforço de cada um, encontra em sua realidade material um cenário marcado por profundas desigualdades sociais, precarização do trabalho e espoliação de direitos.

Sob o jugo de uma concorrência cada vez mais selvagem, este sujeito neoliberal encontra-se nas trincheiras dos trabalhos plataformizados, nas

universidades sob a pressão da busca adocedora por desempenho, nas filas e sites de anúncio de emprego mantendo-se entre um job e outro e nas estatísticas crescentes de consumo de antidepressivos e outras soluções psicofarmacológicas. Por este motivo, almeja-se, com esta pesquisa, analisar os elementos que compõem o dispositivo de manutenção da ideologia neoliberal a fim de evidenciar e discutir os desdobramentos do discurso neoliberal na subjetividade contemporânea.

Foi empregado o método de revisão bibliográfica narrativa (ROTHER, 2007). De modo que a seleção de literatura não pretendeu pautar-se em critérios rebuscados de inclusão e exclusão, menos ainda esgotar as fontes de informação e referência sobre o tema abordado. Os livros e artigos utilizados nesta revisão estiveram sujeitos à subjetividade do seu autor e foram escolhidos a depender da acessibilidade, atualidade e relevância da literatura.

As obras de Foucault foram tomadas como referencial intransponível para a conceituação do neoliberalismo enquanto uma governamentalidade, isto é, um regime de condução das condutas do homem, bem como para esclarecer o dispositivo de desempenho/gozo em jogo nas manifestações de poder e subjetivação inerentes à atualidade neoliberal. Foucaultianos, tais quais Hacking (2009) e Rose (2011) foram empregados a fim de explicitar a relevância das ciências e saberes de radical psi (psicologia, psiquiatria etc.) no dispositivo neoliberal de produção de subjetividade.

Sociólogos contemporâneos à consolidação do neoliberalismo em nível global cujas obras descrevem os impactos subjetivos das atualizações do capitalismo foram tomados como interlocutores privilegiados ao longo da presente pesquisa, com destaque para Ehrenberg (2021), Han (2017; 2018), Sennet (2021) e Lazzarato (2011; 2017).

Ainda, obras de autores lacanianos, tais como Lebrun (2009) e Melman (2003), foram mobilizadas não só para a efetivação do diálogo entre teoria social e psicanálise, como também para a tecitura do contraponto entre o sujeito neoliberal, maximizador de prazer, e aquele das sociedades disciplinares-industriais, fundamentalmente reprimido pelas injunções de sociabilidade, do qual a psicanálise se ocupou em seus primórdios.

1. UMA BREVE ABORDAGEM DO NEOLIBERALISMO

Os esforços na tecitura de uma gênese do neoliberalismo demonstram que, assim como o utilitarismo de Bentham - que teve seu modelo de panóptico eternizado pela análise foucaultiana - e a escola marginalista de economia configuraram-se como alternativas às crises do capitalismo enfrentadas na primeira e segunda metade do século XIX respectivamente, o neoliberalismo se constituiu como forma de fazer suplência aos impasses vividos no interior das sociedades capitalistas do início do século XX (FRANCO *et al*, 2020).

A crise que o neoliberalismo almejava solucionar se tratava daquela provocada pelo modelo intervencionista keynesiano, prevalente nos Estados Unidos e em parte considerável da Europa na segunda metade do século XX. Este modelo, que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social,

igualmente surgiu como uma alternativa a outra crise experimentada pelos Estados Unidos no fim dos anos 1920 – o que evidencia, diga-se de passagem, o fato do capitalismo viver uma sucessão sistemática de crises – e se pautava na intervenção estatal tanto na esfera social quanto na econômica. Estendendo-se à maioria dos países capitalistas no pós-guerra, o keynesianismo encontrou seu declínio nos anos 1970, o que conseqüentemente abriu as portas para que a doutrina neoliberal se consolidasse globalmente a partir da sua apropriação por teóricos da economia política responsáveis por influenciar governos em suas elaborações de políticas públicas que visavam solucionar a crise na economia.

Com efeito, o próprio neoliberalismo se consolidou enquanto teoria econômica pouco tempo depois da Segunda Guerra Mundial. Fortemente amparado numa noção de liberdade herdada do liberalismo clássico (que significa, em larga escala, liberdade para negociar, empreender, concorrer e possuir e acumular bens), o neoliberalismo fora pensado como uma forma de oposição tanto ao Estado de Bem-Estar Social predominante nos Estados Unidos, quanto ao socialismo soviético que ganhava força entre o operariado europeu, que se consolidavam como uma ameaça à livre iniciativa no século XX (DARDOT; LAVAL, 2016).

Tendo sido implementado na Europa e nos Estados Unidos a partir da década de 1970, contando com Margaret Thatcher e Ronald Reagan como seus principais expoentes, o neoliberalismo se expandiu ao redor do globo em um curto período, sobretudo nos países da América Latina, numa empreitada que envolveu o apoio explícito de alguns dos mais relevantes pensadores neoliberais a regimes autoritários¹.

Em que pese a similaridade nominal e a ideia de continuidade pressuposta pela adição do prefixo “neo”, o liberalismo clássico do século XIX e o neoliberalismo se diferenciam principalmente pela maneira como compreendem a intervenção estatal. Se o primeiro defende uma interferência mínima do Estado na economia a fim de garantir a livre iniciativa e a competitividade, características que além de serem consideradas inatas aos indivíduos, seriam capazes de regular de maneira espontânea o mercado; o segundo, por sua vez, nasce a partir do diagnóstico de que a liberdade preconizada pelos liberais não se dá naturalmente, mas requer ser produzida, defendida e gerida com participação direta do Estado.

Por este motivo, segundo Lazzarato (2011), diferente do que se costuma propagar, a noção de mercado sustentada pelos neoliberais é fundamentalmente antinaturalista, haja vista que sua manutenção depende da mobilização de uma série de mecanismos estatais. Suas intenções podem ser sintetizada no trecho de uma conhecida entrevista concedida por Margaret Thatcher em 1981, na qual afirma que: “a economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”².

As técnicas e práticas mobilizadas para garantir a transformação e manutenção dos corações e das almas, demonstram que, ao contrário do que sustentava o liberalismo clássico, para o neoliberalismo, a famigerada “mão invisível” do mercado, apesar de ainda ser defendida desta forma por

¹ Caso da ditadura de Pinochet, no Chile, cujo Ministério da Economia fora formado majoritariamente pelos chamados *Chicago Boys*, ex-alunos da Universidade de Chicago.

² Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/104475>. Acesso em: 9 abr. 2023.

ideólogos e políticos neoliberais, não é “autorreguladora”, considerando que o mercado encontra na intervenção estatal a condição para sua perpetuação.

Tal intervenção, contudo, não mais se dará exclusivamente na esfera econômica, mas, sobretudo, a partir de “intervensões diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos” (SAFATLE, 2020, p.24). Para manter-se, o neoliberalismo deve intervir no corpo social desde sua menor unidade. Não por acaso ele se apropria do aparelho estatal e lança mão de uma série de dispositivos próprios para, então, estabelecer um padrão normativo capaz de inaugurar um sujeito que difere substancialmente daquele docilizado e reprimido pelas instituições disciplinares das sociedades industriais do século XIX e início do século XX (DARDOT; LAVAL, 2016). E é neste sentido que o neoliberalismo configura-se como uma governamentalidade no sentido foucaultiano do termo, a saber, uma “maneira como se conduz a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2008, p. 258).

Em vista disso, insistimos que o neoliberalismo não pode ser reduzido a mera economia política, sua consolidação exige a produção e gestão de um “novo modo de ser e pensar” (FOUCAULT, 2005, p. 219), o qual tem como núcleo duro uma noção de liberdade que carrega como representação mais relevante a imagem do *self-made man*: o indivíduo desprovido de condicionantes e determinantes histórico-sociais, causa e consequência última de si mesmo. Trata-se, portanto, do uso estratégico da naturalização do mercado de modo a identificar sua lógica concorrencial e calculista com a “essência” mesma dos indivíduos.

2. A PRODUÇÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL

Se o neoliberalismo preconiza a não intervenção estatal na economia (ao menos em tese, haja vista que, como vimos, sua manutenção depende de uma atuação intensiva do Estado), é justamente por postular que os indivíduos em suas ações absolutamente racionais são os únicos agentes capazes de regular o mercado lançando mão da sua capacidade inata de calcular e deliberar acerca de seus interesses. Modo de gestão de si mesmo que se identifica com aquilo que se convencionou chamar de empreendedorismo e se caracteriza pela prevalência de uma qualidade maximizadora de lucro nos indivíduos, consolidada a partir de uma dedicação exclusiva e permanentemente atenta a novas condições e conjunturas que lhes permita tornar suas trocas cada vez mais lucrativas (DARDOT; LAVAL, 2016).

No interior do neoliberalismo, contudo, o empreendedorismo não só é incentivado – principalmente a partir das políticas de austeridade que compelem milhões ao trabalho informal e precarizado sob o verniz fetichizado do empreendedorismo – como deixa de ser só uma dentre tantas outras possibilidades de atuação do indivíduo no sistema econômico capitalista e é alçado, em nível global, a uma “faculdade empresarial tal como existe em todo sujeito, da capacidade de se tornar empreendedor nos diversos aspectos de sua vida ou até mesmo de ser o empreendedor de sua vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 151).

Desta feita, todas as atividades humanas passam a ter o empreendedorismo como horizonte referencial: empreendemos quando abrimos um negócio de venda de doces em semáforos ou cursamos uma pós-graduação tanto quanto empreendemos quando “investimos” num relacionamento amoroso ou numa ação na bolsa de valores. Nenhuma esfera da vida, nem mesmo os relacionamentos interpessoais escapam ao empreendedorismo, pois o que está em jogo nesta concepção é exatamente a noção de investimento, isto é, o fato de que toda ação deve ser avaliada a partir de uma lógica utilitarista que calcula a quantidade de recursos, tempo ou esforço que deve ser aplicado visando à obtenção do maior lucro possível no futuro.

Este movimento implica num agigantamento da ideia de indivíduo cuja locução mais expressiva repousa sobre o desenvolvimento do conceito de “capital humano”, na medida em que, identificando o sujeito a um capital, cria condições para a produção de um tipo preciso de subjetivação: ao passo em que o individualismo se torna modo generalizado de existência, a injunção do investimento contínuo, impele o indivíduo a entrar num sistema indeterminado de comparação com o outro, transformado em seu concorrente (LAZZARATO, 2017).

Tal projeto neoliberal de redução do sujeito a um capital, torna-se ainda mais patente na atualidade, com a transformação dos antigos departamentos de pessoal em departamentos de Recursos Humanos. Trata-se de identificar e reconhecer o sujeito como algo que deve ser investido de forma continuada com o intuito de ter seu valor atualizado de forma indefinida, produzindo indivíduos avassalados à lógica da insegurança e rivalidade inerente ao mercado. Isto porque, investir em si mesmo significa atualizar o seu valor enquanto capital/recurso humano e, conseqüentemente, manter-se no jogo de todos contra todos alimentado pelo neoliberalismo de modo a evitar ser ultrapassado pelos seus concorrentes.

Não por acaso, verificam-se atualmente, com espantoso volume, cursos e “mentorias” das mais variadas áreas que vendem a “fórmula do sucesso”, por sua vez, pautada numa ideia de indivíduo autossuficiente e absolutamente inalienável da sua própria jornada rumo ao êxito, seja no mercado de trabalho, no amor, na saúde e até na espiritualidade. Neste cenário, o *coach* torna-se peça-chave para a empreitada neoliberal de empresariamento do sujeito, na medida em que, ao focarem exclusivamente no “aprimoramento” de atributos individuais, fortalecem com seus “treinamentos” uma concepção de homem alienada de sua realidade política, econômica, histórica e social, cujo objetivo é unicamente a maximização dos ganhos.

Este sujeito empresarial ensimesmado, cujo valor precisa ser elevado a todo momento, é orientado por um ideal de autonomia e liberdade como autogestão, que o leva a tomar a si mesmo como objeto maior de sua própria intervenção. Motivo pelo qual observamos derrubadas as divisórias que distinguiam a vida pessoal da profissional, de modo que ambas passem a se confundir enquanto alvo de investimentos indeterminados:

Especialista de si mesmo, empregado dele mesmo, inventor dele mesmo, empresário dele mesmo: a racionalidade neoliberal pressiona o eu a agir sobre ele mesmo no sentido

de seu próprio reforço para seguir na competição. Todas as atividades devem se comparar a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custo. A economia se torna uma disciplina pessoal (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 48).

A ideia de que o funcionamento da vida social e pessoal tem como matriz o modelo da empresa pressupõe que as relações sejam majoritariamente regidas pelo princípio da concorrência. Central para o neoliberalismo, esta implica que o sujeito esteja, em tempo integral, submetido e submetendo os outros a processos permanentes de avaliação, de modo que atribuir notas, classificar e quantificar tornam-se parte inseparável do processo de valoração do indivíduo enquanto capital humano e empresário de si mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016). Seja na atenção em saúde, nas aulas do ensino básico, nas disciplinas do ensino superior, nos aplicativos de *smartphone*, no atendimento de telemarketing, o pedido para que aguardemos um pouco mais para podermos avaliar o serviço está sempre à espreita.

Cabe salientar que, se para o liberalismo clássico o Estado deveria minimizar sua intervenção, era por entender que o mercado se definiria a partir da troca livre e equivalente entre dois agentes, para os quais qualquer intervenção estatal seria percebida como a intromissão de um terceiro em suas liberdades individuais. Para Foucault (2008), no entanto, um dos marcos que o diferenciariam do neoliberalismo seria justamente a passagem da troca equivalente à concorrência enquanto princípio regulador do mercado, o que o leva a dizer que “o essencial do mercado é a concorrência, isto é, que não é a equivalência, mas a desigualdade” (FOUCAULT, 2008, p. 161). Isto significa que no neoliberalismo a desigualdade é deliberadamente mobilizada a fim de salvaguardar uma concepção meritocrática segundo a qual sairá beneficiado aquele que tiver melhor se preparado para alcançar as condições e arranjos mais proveitosos para a troca. Isto explicaria por que, para Dardot e Laval (2016, p. 16), no interior de suas práticas de normatização, o neoliberalismo:

Impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, e muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa.

Mas, visto que ele lança mão do Estado para potencializar a produção da desigualdade e a naturalização da concorrência pela via do “empresariamento” do sujeito, poderíamos nos antecipar e dizer que o neoliberalismo atua a partir de uma certa subversão da função estatal tal como ela fora tradicionalmente pensada pelos autores contratualistas clássicos. Isto porque, se tomarmos como contraponto as elaborações teóricas do um pensador como Hobbes (2019), para quem o surgimento do Estado deve-se a necessidade de conter aquilo que supostamente seria nosso estado de natureza, a saber, uma guerra de todos contra todos, perceberíamos que, de certa forma, o que o neoliberalismo faz é justamente o oposto, na medida em que apropria-se dos meios estatais,

sejam eles militares, políticos, jurídicos e/ou simbólicos a fim de facilitar o livre desencadeamento desta guerra.

Não se trata mais de um embate entre proletários e burgueses ou entre os 99% contra os 1%, mas, como ficou evidente no Brasil do governo Bolsonaro e mais especificamente durante a pandemia de COVID-19, de plurais e profusas oposições, como por exemplo entre “esquerdistas” e “patriotas”, “negacionistas” e “pró-ciência”, “progressistas” e “pró-família” (DARDOT *et al*, 2021). Por meio da difusão de múltiplos antagonismos no interior do corpo político-social, o neoliberalismo multiplica as linhas de frente nas quais as guerras civis se desenrolam, enfraquecendo coletivos e minando a possibilidade de uma insurreição popular pela via da identificação e solidariedade entre categorias sólidas unificadas, tais quais aquelas oriundas do sentimento de pertencimento a uma classe social. Daí porque o neoliberalismo não se resume a mero agrupamento de teorias ou conglomerados de autores, mas é “um projeto político de neutralização do socialismo sob todas as suas formas e, mais ainda, de todas as formas de exigência de igualdade” (DARDOT *et al*, 2021, p. 37).

Neste cenário de estilhaçamento da solidariedade, o advento do conceito de “capital humano” e sua apropriação pela racionalidade neoliberal provoca ainda, outra lacuna no que tange à possibilidade de organização coletiva, a saber, uma transformação radical na forma com que os sujeitos se relacionam com o trabalho, na medida em que este também passa a ser compreendido a partir da lógica do investimento. Pois, como sugere Foucault (2008), se o sujeito neoliberal compreende a si mesmo como uma empresa, o próprio salário deixa de ser – ao menos em sua forma fetichizada – como inferia a teoria marxista, o resultado da venda da sua força de trabalho e transforma-se no lucro obtido pela venda das suas habilidades adquiridas a partir do autoaperfeiçoamento e investimento contínuo em si mesmo.

De certo, o entendimento de que o salário obtido pela venda do trabalho se constitui como um capital que “não pode ser dissociado do indivíduo humano que é seu portador” (FOUCAULT, 2008, p. 313), causa uma inversão da perspectiva marxista e liquida a noção de alienação e exploração do trabalho, da qual o socialismo retirava sua potência. Porque, em um primeiro plano, o que importa não é mais o que o trabalhador produz e, sim, quanto ele vale no conjunto de seus atributos e qualidades, de tal modo que o indivíduo neoliberal acredita fielmente não somente ser um capital, mas possuí-lo, mesmo que não detenha os meios de produção, dado que ele passa a pensar em si mesmo como um meio de produção.

Mais do que administrar corpos, como se fazia nas sociedades disciplinares, o neoliberalismo visa gerenciar as mentes de tal maneira que o sujeito esteja plenamente engajado nas atividades que se espera que ele cumpra. Daí o interesse em unificar o indivíduo e a empresa, de modo que os indivíduos trabalhem para uma empresa como se trabalhassem para si mesmos, restringindo qualquer possibilidade de emergência de sentimento de alienação do trabalho, na medida em que o que está em jogo para o sujeito parece ser sempre o seu próprio crescimento pessoal e profissional, suas metas e, de modo radical, sua própria felicidade (DARDOT; LAVAL, 2016). A hegemonização do discurso empresarial inaugura um tipo

específico de sujeito que, na busca por ter valor agregado e manter-se na concorrência, “compreende seus afetos como objetos de um trabalho sobre si tendo em vista a produção de inteligência emocional e otimização de suas competências afetivas” (SAFATLE, 2020, p. 30).

Daí porque a passagem da troca paritária para a concorrência generalizada implica numa hiper saturação da desigualdade entre as pessoas, dado que sua finalidade é garantir a manutenção da rivalidade de todos contra todos e, conseqüentemente, a promoção da incessante busca pelo autoaprimoramento de si mesmo e seus capitais humanos. E, diante disso, uma das técnicas mais eficazes utilizada pelo neoliberalismo no interior desta empreitada de agigantamento da desigualdade é justamente o endividamento em massa.

Desmonta-se o acesso à direitos sociais, precariza-se o trabalho, aprofunda-se o abismo da desigualdade de renda, fragmenta-se e alimenta o antagonismo entre parcelas inteiras da população, produz-se uma dinâmica de concorrência continuada e, em contrapartida, facilita-se o acesso ao crédito e, conseqüentemente, ao endividamento, como explicita Lazzarato (2017) ao abordar a cruel realidade dos estudantes universitários americanos, que – não diferindo muito dos brasileiros – dependem de programas de financiamento para custear seus gastos estudantis e já iniciam suas carreiras endividados, o endividamento engendra um modo singular de subjetivação.

Isto porque, no interior das políticas de austeridade neoliberais, qualquer possibilidade de solidariedade com o endividado é arruinada, senão pelo discurso da responsabilização do indivíduo pelas dívidas que ele contraiu por “livre e espontânea vontade”, pelo risco de acabar endividando-se tentando ajudá-lo. Então, diante das regras impostas pelas instituições bancárias às classes populares e conseqüentemente internalizadas por estas, o endividado é o único a se encarregar da sua dívida. Assim, ao invés de externalizar seu descontentamento com as relações de poder que o assolam, organizando-se para insurgir-se contra elas, acaba por introjetá-las ao ser acometido pela culpa e pelo constrangimento causado por uma dívida que não é mais somente monetária, mas, acima de tudo, moral (LAZZARATO, 2017).

Para o sociólogo italiano, o endividamento produz uma modalidade de coerção que, diferente daquela pautada na repressão dos corpos, não é mantida por um agente externo, mas pelo próprio endividado, tendo em vista que após a contração da dívida o endividado insere-se numa dinâmica na qual torna-se não somente o contabilista da sua vida, mas passa a ter suas próprias ações calculadas e controladas por si mesmo visando alcançar a quitação da dívida

Pensemos, por exemplo, em um jovem brasileiro que depende do financiamento estudantil para acessar a universidade. Endividado antes de inserir-se no mercado de trabalho e intimidado pelas crescentes taxas de desemprego, todo o seu sistema de tomada de decisões a partir da contratualização da dívida passará a ter como horizonte a quitação desta. De suas escolhas acadêmicas até a sua organização pessoal e financeira, o

que estará permanentemente em jogo é o próprio planejamento calculista de seu futuro (LAZZARATO, 2017).

O neoliberalismo, segundo Lazzarato (2017), apropria-se ainda do Estado ao revesti-lo de uma função crucial no interior desta nova técnica de poder calcada no endividamento, a ser exercida principalmente em tempos de crise econômica. Trata-se, precisamente, da mobilização conduzida pelos mecanismos estatais (mídia, especialistas governamentais, recursos simbólicos, sistema jurídico, etc) para transformar a dívida “pública” em um modelo de culpabilização sistemática não de um indivíduo, mas de toda uma população que, incumbida de quitar as dívidas contraídas pelo Estado, passa a ser assombrada por uma “consciência coletiva da dívida” que transforma cada cidadão em um endividado.

Com efeito, espera-se que os processos de governo descritos até aqui tenham podido evidenciar que tal como nos antecipou Margareth Thatcher, o neoliberalismo tem como maior finalidade a modulação do desejo, aqui entendido como aquilo que nos mobiliza e está diretamente ligado à nossa volição e sistema de motivações. O sujeito neoliberal deve trabalhar, mesmo nas condições mais precárias, apesar de todo risco, culpa e insegurança contínua, como se fosse para o seu próprio benefício, de tal maneira que este modo de agir sobre si mesmo pareça se originar nele próprio. Como afirmam Dardot e Laval (2016, p. 327):

As novas técnicas da “empresa pessoal” chegam ao cúmulo da alienação ao pretender suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo. Nesse sentido, a gestão moderna é um governo “lacaniano”: “o desejo do sujeito é o desejo do Outro”. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito.

Esta referência a Lacan, que pode soar aleatória em uma primeira leitura, representa o que talvez seja um dos principais trunfos do capitalismo, a saber, sua capacidade de assimilar as críticas que lhe foram direcionadas, de modo a neutralizá-las e perpetuar-se historicamente. O que se evidencia, por exemplo, na análise acerca da apropriação capitalista do gozo – conceito central para a crítica ao capitalismo elaborada por determinado setor da intelectualidade francesa do século XX – em prol da manutenção da racionalidade neoliberal.

3. O DISPOSITIVO DESEMPENHO/GOZO

Foi Bataille quem, no interior da sua crítica às sociedades capitalistas, orientadas pelo cálculo da utilidade e maximização de interesses, mobilizou as categorias do sagrado e do erótico para demonstrar que ao capitalismo interessa extinguir toda forma de gozo que, por se encontrar além da lógica do esforço e da recompensa, não pode ser contabilizado. De tal forma que, enquanto manifestação de um excesso improdutivo, o gozo seria a base da crítica batailliana ao capitalismo (SAFATLE, 2020).

Contudo, somente com Lacan o conceito alcançou maior popularidade, dado que fora alçado pelo psicanalista ao eixo maior de sua teoria e clínica,

tratando-se de uma experiência disruptiva capaz de inaugurar formas de ação que além de escaparem ao princípio do prazer e ao cálculo, são capazes de instaurar posições subjetivas distintas daquelas centradas no Eu das quais as injunções capitalistas de produção e consumo tiram proveito (SAFATLE, 2020).

O conceito será melhor refinado na medida em que Lacan, ao analisar a economia libidinal do capitalismo de sua época, se dá conta de que este, na virada da segunda metade do século XX, não mais se detinha sobre as formas repressivas de poder, mas lançava mão de técnicas e saberes que provocam a sujeição pela via de uma certa incitação contábil do gozo, de tal modo que, concentrando-se em sua espoliação e “domesticação”, o capitalismo acaba por minar o gozo em seu caráter disruptivo e potencialmente ameaçador para o *status quo* (SAFATLE, 2020)³.

Não é coincidência, portanto, que o psicanalista figure como um dos interlocutores privilegiados do capítulo que trata dos diagnósticos clínicos do sujeito neoliberal na obra “A Nova Razão do Mundo” (2016) de Dardot e Laval, haja vista que seu posicionamento acerca do discurso do capitalismo encontrará ressonância nas críticas ao neoliberalismo realizadas pelos autores, para os quais o advento do sujeito orientado pela figura da empresa só será possível a partir da mobilização de “técnicas refinadas de motivação, estímulo e incentivo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328).

Por este motivo, compreender a complexidade dos efeitos causados pela inovação da racionalidade neoliberal exige que nos atentemos ao dispositivo que a sustenta, e no qual se reúnem as técnicas supracitadas. Tal dispositivo fora denominado por Dardot e Laval (2016) como “desempenho/gozo”. Este conceito, oriundo da obra foucaultiana, no entanto, não será esclarecido pela dupla de autores, mas encontra-se adequadamente definido na “Microfísica do poder” (2021) do próprio Foucault, no qual afirmará que um dispositivo se trata de um:

Conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (...). Um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência (FOUCAULT, 2021, p. 364-365).

A mobilização de um conceito tal qual o de dispositivo visa salientar o deslocamento das modalidades de coerção próprios da passagem da sociedade industrial-disciplinar à sociedade neoliberal, observando que, se a primeira se caracterizava pelas técnicas repressoras que visavam “docilizar” os corpos para conformá-los às exigências capitalistas de produtividade, a segunda inverte esta lógica e retira das injunções positivas sua

³ A articulação entre a psicanálise e a crítica ao capitalismo é antiga e profícua. Lembremos como, para Lacan, o desejo é expressão de uma negatividade absoluta cujo objeto não encontra fundamento na realidade, muito menos na natureza, mas localiza no Outro sua matriz referencial (LACAN, 2005). Esse Outro, que não se reduz a um semelhante empírico e pode ser entendido tanto como a linguagem, um enquadre cultural ou um discurso, será constantemente mobilizado no interior da teoria crítica como rede simbólica da qual o capitalismo se apropria a fim de articular os objetos de desejo que engendram o sujeito no que se convencionou chamar de cultura do consumo de massa.

força maior (DARDOT; LAVAL, 2016). Logo, não é sem sentido que nas sociedades disciplinares uma modalidade de organização financeira tal qual a poupança ocupe um lugar privilegiado na manutenção do sistema de motivações dos sujeitos, tendo em vista que se trabalhava a fim de acumular renda na esperança de em algum momento futuro poder desfrutar dos prazeres do consumo, enquanto no neoliberalismo prevalece a noção do prazer imediato e em excesso. De tal modo, o esperado não é mais o “controle” das paixões, mas sua estimulação continuada:

Não se trata mais de fazer o que se sabe fazer e consumir o que é necessário, numa espécie de equilíbrio entre desutilidade e utilidade. Exige-se do novo sujeito que produza “sempre mais” e goze “sempre mais” e, desse modo, conecte-se diretamente com um “mais-de-gozar” que se tornou sistêmico (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 355)

Tal constatação, evidenciando a fecunda articulação entre teoria social e psicanálise, é repetida em demasia pelos lacanianos, dentre os quais talvez o mais célebre seja Melman (2003), para quem a contemporaneidade e seus sintomas se definem, em larga escala, por aquilo que ele denomina imperativo do gozo, e que se deve a uma virada decisiva na forma como os padrões de conduta passam a se constituir no interior do campo social. Segundo o autor, se na construção teórica freudiana do início do século XX prevalecia uma instância psíquica como o Supereu, marcada por uma moral repressiva sempre disposta a culpabilizar o sujeito em suas tentativas de realizar o seu desejo, o que se vê hodiernamente é justamente o enfraquecimento das interdições morais em prol da consolidação de uma injunção de gozo (MELMAN, 2003). De forma que, invés de reprimir-se, o que se exige do sujeito na atualidade neoliberal é que ele aja sem comedimento na busca pela satisfação de seus desejos.

Mas que elementos são capazes de distinguir o dispositivo “desempenho/gozo” daquele repressivo das sociedades disciplinares? Responder a esta pergunta exige que antes nos debruçemos sobre as práticas discursivas que norteiam o sujeito neoliberal. E, nesta empreitada, o discurso esportivo, mais especificamente o discurso dos esportes de competição, surge como um dos sustentáculos mais importantes da lógica concorrencial, observando que, apesar do relevante papel desempenhado pelo esporte no interior do socialismo soviético e até mesmo dos regimes fascistas, é com o neoliberalismo que ele fará sua aliança mais vantajosa (DARDOT; LAVAL, 2016).

Pois, considerando que o neoliberalismo se concentra no fomento de um sujeito que, transformado em um competidor por excelência, deve engajar-se plenamente não somente na superação de seus concorrentes, mas principalmente de si mesmo, tal qual um esportista, este regime de autossuperação permanente promove, simultaneamente, a busca pela obtenção de um desempenho cada vez maior por parte dos sujeitos e a atualização dos referenciais de desempenho aos quais os próprios sujeitos estão submetidos (DARDOT; LAVAL, 2016). Ou seja, obstinado em se tornar uma melhor versão de si mesmo, o que o sujeito verifica diante de si é o contínuo alargamento dos parâmetros que compõe seu próprio sistema de

comparações, de tal forma que sua melhor versão, inatingível, seja sempre a que está por vir.

Neste contexto, a propagação de uma mitologia esportiva tem consequências decisivas para a construção do sujeito empreendedor de si mesmo, haja vista que a metáfora esportiva se adequa perfeitamente ao discurso meritocrático que se encontra na raiz do *self-made man* neoliberal. Deixando de ser mera atividade recreativa ou exercício de condicionamento físico-corporal, o esporte enquanto prática que visa o desempenho fora transformado em expressão comum das modalidades de relação que o sujeito neoliberal estabelece consigo e com os outros (EHRENBERG, 2010). Mais do que colonizar o ambiente profissional, o discurso da competição, que antes era restrito ao âmbito do esporte, tornou-se hegemônico nas mais diversas dimensões da vida do sujeito ao introjetar nele uma exigência contínua de maximização de performance.

Esporte, trabalho, amor e até mesmo a busca pela saúde foram subsumidos pela competitividade neoliberal, no interior da qual a figura mais relevante talvez seja justamente a do *coach* (DARDOT; LAVAL, 2016). Tão em voga na atualidade, estes profissionais – cuja tradução, treinador, já indica sua raiz esportiva – não raramente lançam mão, tanto em seus processos de marketing e propaganda quanto na formação de seus *coachees*, de uma linguagem oriunda majoritariamente dos esportes de alto rendimento. Com seus conselhos e incentivos acalorados em prol da autossuperação, os *coachs* contribuem para a naturalização da concorrência e hegemonização da desigualdade preconizadas pelo neoliberalismo, visto que, não havendo restrição para sua atuação, hoje existe um tipo de *coach* para cada esfera da vida. Se um *coach* empresarial, de liderança, relacionamento, emagrecimento ou até mesmo de sexualidade não satisfazer suas necessidades, ainda se pode contar com um *life coach* disposto a despertar seu potencial para a construção de um projeto de vida bem sucedido.

Em larga escala, o uso da metáfora esportiva da performance, tal como empreendida pelos *coachs* e tão cara para os atletas de alto rendimento, passa a compor o esquema de caracterização do sujeito neoliberal, na medida em que remetendo a “um processo de aperfeiçoamento em fase de realização ou prestes a consumir-se” (FILHO, 2011, p. 38), serve de horizonte referencial para as modalidades de intervenção continuada que ele aplica sobre si mesmo. A performance tornou-se, portanto, modelo de estimativa das práticas as quais o indivíduo se submete em busca de potencializar seu capital humano e garantir uma melhor posição no interior da concorrência generalizada vigente nas sociedades neoliberais. De tal forma que o sujeito neoliberal seja aquele que, em última instância, age perpetuamente *per se* a fim de produzir seu condicionamento físico, sua estética, sua saúde, seu compromisso com as metas e com o trabalho duro porque, de forma mais ampla, isto compõe o quadro de empreendimento que se tornou sua própria vida (EHRENBERG, 2010).

Não é sem efeitos que o esporte tenha deixado de limitar-se aos estádios, tatames, quadras ou campeonatos, e se difundido com espantosa relevância em âmbitos tão heterogêneos quanto o discurso médico, os influenciadores digitais, o ambiente de trabalho e até mesmo no campo da política. Tendo sido transformado em ideal norteador do sujeito neoliberal

que experiencia uma exigência constante de autoaprimoramento, o esporte “seduz como vetor de formação da personalidade, dotado do poder de incutir ou de reforçar atributos como autoconfiança, bravura, combatividade, lealdade, autocontrole, espírito de grupo e respeito as regras” (FREIRE FILHO, 2011, p. 43).

Tal apropriação do discurso esportista pelo neoliberalismo reforça, também, a alienação do sujeito diante dos seus processos de exploração e precarização das condições de vida e trabalho, na medida em que, identificado com o esportista, o sujeito neoliberal deve suportar toda sorte de dificuldades e riscos em busca da maximização do seu desempenho e alcance de suas metas. Afinal, como diz um bordão exportado do atletismo para os discursos dos *coachs* e empreendedores: “sem dor, sem ganho”.

No entanto, não é somente do alinhamento com as práticas discursivas oriundas do esporte que o neoliberalismo retirará sua força. Segundo Dardot e Laval (2016), o modelo de subjetivação neoliberal também encontra profundo amparo nas ciências de radical “psi”, devido seu objeto maior ser a noção mesma de mentalidade (transformada simultaneamente em alvo e instrumento do “empresariamento” das subjetividades).

Portanto, centrais para o aperfeiçoamento das estratégias capitalistas de governo, no interior do neoliberalismo, as intervenções dos saberes “psi” sobre as modalidades de relação que o sujeito estabelece com sua realidade material, mas também com sua própria realidade psíquica, “interna”, desempenharão uma função estratégica na identificação da subjetividade desejanter às metas empresariais a partir de uma leitura radicalmente individualista do psiquismo e da “mente”.

4. AS CIÊNCIAS “PSI” COMO INSTRUMENTOS DE MANUTENÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Se o neoliberalismo, enquanto governamentalidade, produz novas subjetividades e institui normas através da gestão de comportamentos, podemos igualmente afirmar que o seu sujeito empresarial estabelece modalidades de sofrimento psíquicos diferentes daquelas percebidas pelo sujeito das sociedades industriais-disciplinares (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2020). Entre outras coisas, porque a própria distinção entre normal e patológico enquanto parâmetros de administração dos sujeitos fora radicalmente transformada pelos saberes “psi” (ROSE, 2011).

Como aponta Rose (2011), a própria transformação do “mental” em objeto de intervenção, classificação e catalogação das ciências “psi” fora historicamente concebida como forma de garantir a manutenção do capitalismo e suas formas de poder, visto que, consolidando o *Self* enquanto centro das paixões, motivações, comportamentos, desejos, julgamentos e sentimentos, se produzem sujeitos que compreendem a si mesmos enquanto dotados de uma “interioridade” psicológica capaz não só de ser modificada, como também, de ser trabalhada tecnicamente por especialistas a partir da medicalização, exercícios e práticas de si mesmo.

É o que ocorre no interior da psiquiatria que, desde a segunda metade do século XX, vem sofrendo drásticas alterações em sua nosologia, extinguindo

a “compreensão etiológica do sofrimento e sua narratividade, em nome de uma descrição clínica pretensamente portadora de neutralidade axiológica e focada na individuação de complexos e na especificidade de síndromes” (SAFATLE, 2019, p. 10), o que garantirá a individualização e consequente despolitização das experiências de sofrimento.

Não é nenhuma novidade, no entanto, que a medicina e, mais especificamente, a medicina psiquiátrica tenha sido historicamente mobilizada para defender e garantir a manutenção das classes dominantes a partir da criação deliberada de estruturas nosológicas, visto que, ao menos desde Foucault – com quem a crítica ao poder médico talvez tenha alcançado seu ponto mais expressivo – se discute a função dos especialistas em saúde mental no controle daqueles sujeitos cujas ações não se adequam à norma vigente e, portanto, apresentam-se de forma indisciplinada.

A transformação da experiência da loucura em “alienação” no século XVIII e, posteriormente, em “doença mental”, será fundamental para a manutenção do poder disciplinar vigente, visto que apesar de ter “desacorrentado” os loucos dos asilos, como sugere o célebre gesto de Pinel, será responsável por abrir precedentes para a patologização e consequente hospitalização daqueles que não se ajustavam ao modo de produção e racionalidade capitalista, tais quais os sodomitas, os vagabundos e os libertinos. Evidencia-se, assim, a conveniente relação de cooperação que o capitalismo estabelecerá com a psiquiatria a fim de garantir a plena conservação de seus interesses (FOUCAULT, 2019).

Nunca chegando a encontrar-se verdadeiramente livre, – tal como se percebe até os dias atuais – transformada em doença, a loucura passará a ser alvo de outros tipos de correntes, dentre as quais a obediência servil aos procedimentos e descrições médicas, cuja eficácia será medida pela subordinação do “doente” à ordem pública.

Tal instrumentalização da psiquiatria em prol das classes dominantes se manterá ao longo da história, de modo que, alinhada à lógica capitalista, a medicina psiquiátrica mobilizará seu arcabouço técnico e diagnóstico para justificar as mais diversas intervenções contra aqueles cujo comportamento se encontram em desajuste ao regime normativo. O que pode ser explicitado na maneira com que a medicina do século XIX coadunou com o sistema escravagista ao patologizar e sugerir tratamentos para algumas das reações indisciplinadas dos negros diante de sua escravização em terras americanas, como expõe Scliar (2003, p. 196):

A melancolia do negro era uma situação considerada, nas sociedades escravistas, “normal”. Anormal era o desejo de fugir, rotulado como manifestação maníaca: a drapetomania (do grego drapetes, fugitivo), termo cunhado em 1854 pelo médico norte-americano Samuel A. Cartwright. (...), e [os negros] sofriam também de “diestesia etiópica”, uma enfermidade que consistia em ignorar a importante noção de propriedade. A drapetomania era “tratada” pela amputação dos artelhos; a “diestesia” pelo trabalho duro sob o sol forte.

Visto que, detendo a autoridade sobre a administração das

internações e catalogação das doenças mentais, a psiquiatria se configurou como instrumento fundamental de um tipo de poder que não pode ser descrito somente pela sua capacidade de produzir e manter normatividades, mas também (e talvez de forma ainda mais potente) pela maneira com que articula e gerencia as margens e aqueles que nela se encontram (FOUCAULT, 2021), precisamente porque, para a conservação do poder, não basta somente a prescrição de padrões de comportamento, mas, especialmente, o etiquetamento e a administração daqueles sujeitos cujas ações escapam à racionalidade vigente, toda delimitação de uma norma exigirá necessariamente a descrição e catalogação de suas exceções.

Não deve causar estranheza, portanto, que a consolidação do neoliberalismo em nível global tenha sido sucedida por uma modificação radical nas formas de categorização do sofrimento psíquico. Tal mudança, que se assenta fundamentalmente no desenvolvimento da terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM III), inaugura uma cisão fundamental com a influência psicanalítica presente nas edições anteriores – responsável por apontar para a relevância dos conflitos inerentes à socialização na etiologia das neuroses – em prol da consolidação de uma perspectiva descritiva, biologizante e supostamente atórica dos transtornos mentais (SAFATLE, 2020). Descritiva, porque privilegia a enumeração sistemática de agrupamentos de sintomas em detrimento de uma construção etiológica da doença; biologizante, porque tem como pano de fundo a ideia de que as doenças mentais são causadas por desarranjos químicos-cerebrais; e atórica por se pretender independente das diversas teorias que disputam o campo das psicopatologias.

A partir da descrição diagnóstica e patologização de expressões humanas que antes eram tomadas como objeto do campo da cultura, da política, da moral e/ou do social, a psiquiátrica será nuclear para o enfatamento da abordagem biomédica do sofrimento psíquico. Este fenômeno, denominado de medicalização da vida, como denunciam Amarante e Freitas (2017), encontrará sua base maior de sustentação na coalizão entre a psiquiatria e a grande indústria farmacêutica. Assim, não é sem efeitos para a pesquisa aqui desenvolvida que estes autores tenham denunciado que:

a partir das políticas neoliberais iniciadas nos governos Reagan e Thatcher, os lucros das principais empresas que formam a indústria farmacêutica têm aumentado de maneira espetacular, a tal ponto que os principais laboratórios figuram a cada ano entre as dez empresas mais lucrativas do mundo (FREITAS; AMARANTE 2017, p. 35).

Isto porque as ciências psi e, mais precisamente a psiquiatria, desenvolvem uma função crucial na alienação do sujeito neoliberal, pois, repousando sobre o método de redução de certos padrões comportamentais lidos como indesejáveis ou socialmente desajustados a uma etiologia fundamentalmente biológica, a coalizão entre psiquiatria e indústria farmacêutica empreenderá uma profunda despolitização do sofrimento psíquico (FREITAS; AMARANTE, 2017). De maneira que modalidades de sofrimento psíquico historicamente lidas a partir das dinâmicas conflitivas entre o sujeito e suas determinações sociais pela psicanálise, por exemplo, passaram

a ser tomadas como uma desordem de ordem cerebral.

Neste contexto, as melancolias, as psicoses, as obsessões ganham novas classificações no interior do quadro nosológico da psiquiatria moderna e tornam-se objeto maior da indústria farmacêutica incumbida de criar soluções para os supostos desequilíbrios neuroquímicos em jogo no desenvolvimento destes “transtornos”. Classificar, cabe ressaltar, tal como era em seus primórdios, continua a ser o recurso mais poderoso e, diga-se de passagem, mais aperfeiçoado pela psiquiatria, haja vista que o DSM-V possui atualmente em seu catálogo mais de 300 descrições diagnósticas. No entanto, a despeito da global difusão de que os critérios de construção de tais categorias diagnósticas são fruto da neutra e progressiva observação e identificação de conjuntos sintomáticos disponíveis na natureza, a atualização e revisão de um manual como o DSM é na verdade provocada por intensivos tensionamentos político-sociais encabeçados por empresários, representantes da indústria farmacêutica, políticos, organizações populares e usuários do sistema de saúde e previdência que buscam decididamente a garantia de seus interesses (FREITAS; AMARANTE, 2017).

A respeito da influência de tais pressões conduzidas por grupos organizados, Freitas e Amarante (2017) citam como exemplo as respectivas mobilizações necessárias para o processo de exclusão do diagnóstico da homossexualidade e de inclusão do diagnóstico do TEPT (transtorno de estresse pós-traumático) no DSM-III. Em ambos os casos, o que estava em jogo não era existência de doenças entendidas como tipos naturais e disponíveis na realidade material, mas a pressão causada por determinados setores da sociedade civil diante do grupo de psiquiatras responsáveis pela construção das categorias diagnósticas.

Enquanto a comunidade *gay* buscava despatologizar a homossexualidade – cujo processo de patologização já demarca por si só o caráter profundamente moralista das construções diagnósticas – almejando desprender-se das garras do poder médico e garantir sua dignidade; veteranos de guerra junto com seus advogados e familiares reuniram-se para reivindicar a inclusão das consequências psíquicas da experiência trágica da guerra no DSM (que fora transportada para o manual como TEPT) para resguardar tanto o direito a indenizações, quanto facilitar a reintegração social em seus países de origem evitando reações judicativas por parte da população através da validação médica dos comportamentos culturalmente associados à fraqueza e fragilidade apresentados pelos ex-combatentes.

Convém ressaltar que tais construções diagnósticas, apesar de serem fruto de processos de mobilizações sociais, não são passivamente afetadas pelo cenário político, econômico, social, moral e histórico em que estão inseridas, mas contribuem, dialeticamente, para transformar este mesmo cenário através da mudança que efetivam nos modos com os quais os sujeitos interagem, compreendem e relacionam-se com suas próprias expressões após serem atravessadas por uma classificação diagnóstica. Nas palavras de Freitas e Amarante (2017, p. 47) incluir ou excluir certos padrões comportamentais de um manual diagnóstico faz com que: “fenômenos passem a ser enquadrados de maneira distinta, ganhando novo sentido e novas normas com as quais interagimos, além de [produzir] novos sujeitos sociais”.

O fato de que as descrições psicopatológicas têm efeitos

performativos nos sujeitos encontra-se devidamente esboçado na obra de um autor como Hacking (2007; 2009; 2013), para quem os transtornos psiquiátricos não são tipos naturais na medida em que não se encontram dados na natureza e não são indiferentes à forma como são classificados, como talvez seja o caso de uma pedra nos rins, da tuberculose ou até mesmo de um acidente vascular cerebral. Ao contrário, para ele, os transtornos psiquiátricos devem ser considerados tipos interativos por serem definitivamente reagentes às classificações que são submetidas, uma vez que, para o tipo de nominalismo dinâmico defendido pelo autor:

Não é que existia um tipo de pessoa que veio cada vez mais a ser reconhecido pelos burocratas ou pelos estudiosos da natureza humana, mas sim que um tipo de pessoa passou a existir no mesmo instante em que o próprio tipo estava sendo inventado (...) as categorias e as pessoas inseridas nelas emergiram juntas (HACKING, 2009, p. 122).

O que implica em dizer que a performatividade das descrições psiquiátricas repousa sobre o caráter indissociável da relação entre as descrições e as ações descritas, pois, se novas modalidades de descrição são criadas, por conseguinte, novas possibilidades de ação ganham forma e, portanto, um novo tipo de pessoa é “inventado”. Um homossexual nascido em um contexto sócio-histórico que reconhece sua sexualidade como uma doença certamente estabelecerá relações consigo e com o ambiente de maneira distinta daquelas empreendidas por um homossexual nascido após as mobilizações da comunidade *gay* em prol da despatologização da homossexualidade. No mesmo sentido, podemos supor que não se sofre e se entristece da mesma forma antes e depois do alçamento da depressão a um quadro ampliadíssimo de transtornos e sua consequente popularização.

No entanto, engana-se quem pensa que a agenda neoliberal se apropria exclusivamente da instrumentalização da psiquiatria. Além dos manuais diagnósticos desenvolvidos pelos psiquiatras serem quase que instantaneamente absorvidos pelas mais diversas instituições responsáveis por gerir a interação do sujeito em sociedade – tais quais as seguradoras, o poder jurídico, os departamentos de recursos humanos, as demais profissões envolvidas na atenção à saúde mental e os meios populares de comunicação –, outros saberes também tem embasado suas descrições, intervenções e pressupostos numa suposta causalidade biológica dos fenômenos psíquicos que serve muito bem aos interesses do neoliberalismo.

É o que McKinnon (2021) demonstra ao analisar como determinado setor da psicologia tem se apropriado de elaborações da biologia evolucionista para impor uma primazia da genética sobre as ações dos sujeitos na contemporaneidade. Estes psicólogos evolucionistas postulam que, sendo o gene a causa última do comportamento e racionalidade humanos, todo indivíduo é mero produto da evolução genética oriunda da seleção natural, de modo que seus comportamentos e sistemas de interesses podem ser deduzidos de uma lógica de perdas e ganhos que visa univocamente a maximização dos resultados.

Transformando a concorrência em uma consequência inequívoca da busca evolutiva pela perpetuação da espécie, essas teorias fizeram terreno

no senso comum, como se a razão e a volição, significativamente marcadas por abstrusas ponderações éticas e morais, bem como as conflituosas vicissitudes das relações humanas fossem signo do processo de evolução e não passassem de subterfúgios utilizados para encobrir o fato de que nossas tomadas de decisões são influenciadas unicamente pelo sobrevivencialismo genético (MCKINNON, 2021).

Tal ideia de sobrevivencialismo genético implica não só na generalização da competição e da concorrência, mas na naturalização de um suposto cálculo genético que, a todo instante, busca as melhores condições para a sua perpetuação – características que se encontram na matriz subjetiva do neoliberalismo. A subsunção dos fenômenos psíquicos a uma tendência genética a “ganhar” e, de forma mais incisiva, lucrar, é o que leva a autora a afirmar que, no interior da psicologia evolucionista:

os códigos morais humanos são na realidade “um punhado de sofisticada geneticamente orquestrada”; o amor e a amizade não passam de “garantias de crédito”; a solidariedade é “só uma recomendação de investimento bastante disfarçada”; a compaixão é apenas um outro nome para nossa “melhor forma de pechincha”; e cuidar bem dos próprios filhos, no fim das contas, é uma forma muito perspicaz de organização de portfólio (MCKINNON, 2021, p. 41).

Em comum entre a empreitada conduzida pela psiquiatria e a psicologia evolucionista encontra-se o fato de ambas produzirem um processo de intensiva individualização e despolitização do sofrimento psíquico vivenciado pelo sujeito na contemporaneidade. Dado que ao colocarem a raiz do sofrimento do sujeito, senão em um desequilíbrio químico-cerebral, em uma predisposição genética, constroem a possibilidade de tomada de consciência e implicação do sujeito nas dinâmicas sociais conflitivas que produzem sua experiência de sofrimento.

Justamente porque a relação entre o sofrimento psíquico e as condições sociais, políticas e econômicas próprias de uma determinada época já se encontra devidamente esboçada em trabalhos de autores há muito estudados⁴ é que podemos afirmar que o enfoque individualista atribuído ao sofrimento por estes discursos não fazem mais do que alienar o sujeito do núcleo adoecedor inerente às relações de poder que o assolam.

De modo que, não muito diferente do negro das sociedades escravistas que tinha sua conduta contra a escravidão patologizada com o fito de desumanizar suas reações e justificar uma série de intervenções técnicas sobre seu corpo, o sujeito neoliberal encontra-se também submetido às deliberações dos saberes psi.

O conjunto dessas práticas discursivas não somente consolidam um distanciamento do indivíduo em relação ao seu próprio sofrimento ao difundirem a concepção de que se ele sofre isto se deve unicamente a alguma alteração ou predisposição biológica sobre a qual não tem controle, mas também, impedem que o sujeito se implique em seu sofrimento e volte-se contra as determinações político-sociais que o gerenciam. Alienação

⁴ Caso do próprio Freud que, desde 1908, com a escrita de “Moral sexual civilizada e nervosismo moderno” e mais proeminentemente, em 1930, com “Mal estar na cultura” buscou evidenciar os desdobramentos psíquicos das injunções de sociabilidade.

que garante a perpetuação da lógica concorrencial neoliberal posto que, individualizando o sofrimento psíquico e minando o reconhecimento de sua etiologia social, se espolia o sujeito de qualquer possibilidade de estabelecimento de vínculo coletivo emancipatório e insurrecional.

5. O SOFRIMENTO PSÍQUICO DO SUJEITO NEOLIBERAL

As implicações subjetivas do dispositivo desempenho/gozo vigente na contemporaneidade encontram-se extensamente representadas na literatura clínica e sociológica, de modo que os diagnósticos que aparecem com maior recorrência, bem como o levantamento dos seus pontos de junção, tornaram-se nucleares na fundamentação de uma análise crítica daquilo que se configura como a psicopatologia do sujeito neoliberal e abriga-se, sobretudo, sob a égide de um esgotamento generalizado do sujeito provocado pela maximização neoliberal dos imperativos de iniciativa, desempenho, flexibilidade e otimização pessoal (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em comum nessas pesquisas, resta salientado o empobrecimento da possibilidade de estabelecimento de vínculo coletivo e das funções sociais fixas e duráveis que serviam de horizonte referencial para os sujeitos, bem como a consolidação de um tipo de existência marcada pela promoção continuada de uma noção de liberdade que positiva o indivíduo como um projeto em perpétua atualização.

A crise das instituições que antes facilitavam o ordenamento e o reconhecimento do indivíduo no interior do corpo social, bem como assentavam sua identidade, acha-se diretamente relacionada aos esforços do neoliberalismo em hegemonizar o discurso da empresa. Tomando o lugar das instituições ou mesmo introjetando nelas a lógica empresarial, é a empresa que hoje define a norma e, por conseguinte, instaura e legitima modalidades de existência a partir da delimitação de formas de reconhecimento absolutamente distintas daquelas das sociedades industriais-disciplinares.

Cabe dizer que se mencionamos aqui a figura da empresa não é somente pela relevância que seus modos de atuação no mercado – pautados na maximização do lucro e na rivalidade permanente – possuem enquanto categoria analógica de análise do sujeito neoliberal, mas porque, enquanto local de trabalho, as empresas têm um papel decisivo na construção e manutenção do sujeito neoliberal.

Da mesma forma que o “chão” das fábricas foram fundamentais para a docilização dos corpos nas sociedades disciplinares, as empresas e suas estratégias de gestão do trabalho são primordiais para o “empresariamento” do sujeito. Isto se deve ao fato de o capitalismo ter aperfeiçoado ao longo do tempo a sua capacidade de neutralizar as críticas que são a ele direcionadas a partir da incorporação destas (SAFATLE, 2018). De modo que as próprias mudanças nas novas configurações do trabalho possam ser lidas como produto da assimilação capitalista dos movimentos de contestação das modalidades hegemônicas de trabalho.

As atualizações do capitalismo levaram a transformações radicais nas formas de organização do trabalho. No lugar das carreiras duráveis e da hierarquia piramidal, entra em cena uma forma de trabalho marcada pela

flexibilidade e pela terceirização, afinal de contas, qual a melhor forma de transformar o sujeito em uma empresa do que empreender um gradual desbotamento do trabalho assalariado formal e massificar a terceirização de modo que cada trabalhador se sinta uma “pequena empresa” se conectando a outras a partir de contratos temporários e episódicos? (SAFATLE, 2018). Neste contexto, sob regime de precarização constante e enfrentando as estatísticas crescentes de desemprego, o trabalhador ficou majoritariamente submetido à inconstância dos tão famigerados “*jobs*” que, privilegiando o trabalho a curto prazo, o espoliam de qualquer sentimento de estabilidade e o engendram em um estímulo constante à adaptação (SENNET, 2021).

Esta nova estruturação flexível do trabalho impacta decisivamente na subjetividade do trabalhador. Pois, desprovido de uma construção duradoura de seu trabalho – ocupação de influência incontestável na divisão social – e tendo que se adaptar de maneira cada vez mais frequente a bruscas mudanças e rupturas de rotina, o sujeito perceberá afetada sua própria capacidade de projeção do futuro e vinculação com os outros (DARDOT; LAVAL, 2016). No interior deste cenário de arrasamento do trabalho formal, exige-se do sujeito que ele esteja sempre apto a desapegar de equipes, ambientes, afazeres e até mesmo da própria carreira para recomeçar do zero quantas vezes for necessário na tentativa de garantir uma vaga no mercado.

Tal desmembramento da construção narrativa de um trabalho se consolida como elemento categórico para a amplificação da lógica neoliberal do “cada um por si”. Pois, fazendo o sujeito introjetar as exigências de flexibilidade, coloca-se em risco a própria manutenção do vínculo social, visto que a possibilidade mesma de estabelecer confiança encontra-se prejudicada numa sociedade em que cada indivíduo deve manter-se em adaptação permanente a mudanças, nunca podendo, por exemplo, se apegar a uma equipe ou a uma função (SENNET, 2021). Com efeito, desmantelando as coletividades e minando as possibilidades de solidariedade entre os sujeitos, o trabalho se torna um pilar fundamental do processo de hegemonização da concorrência no corpo social.

Ademais, o discurso neoliberal de aperfeiçoamento constante de si mesmo cria a falsa sensação de que o sujeito se acha livre para moldar-se da forma como bem desejar. Trata-se de mais uma fonte de definhamento das categorias responsáveis por garantir estabilidade à identidade dos sujeitos, visto que, invertendo as referências que antes eram sustentadas por quadros institucionais bem definidos, o neoliberalismo lança o indivíduo a uma existência cada vez menos linear e desprovida de garantias. A fugacidade dos projetos, planejamentos, objetivos e equipes minam qualquer ideia de integração a ordenamentos que não estejam limitados ao sistema concorrencial imposto pelo neoliberalismo, o que tem consequências cabais para o trabalhador, que já não é reconhecido pela experiência acumulada pelo tempo de serviço, mas tem suas habilidades e competências constantemente avaliadas e postas em comparação pelo dispositivo “desempenho/gozo” (DARDOT; LAVAL, 2016).

No neoliberalismo, sob a sombra constante do desemprego e do risco de ser substituído por um “recurso humano” de maior valor agregado, “a

sobrecarga de trabalho é aceita como o preço a se pagar pelo emprego” (LE BRETON, 2018, p. 63). Este fato, por seu turno, leva o trabalhador a introjetar a injunção de maximização do desempenho, pois, se o sujeito é equivalente a um capital humano, este, não muito diferente de um aparelho celular ou um carro recém lançado, independentemente de seu grau de formação, encontra-se na iminência constante de sua desvalorização (DARDOT; LAVAL, 2016).

Ao impor a necessidade constante de autossuperação na expectativa de corresponder a um mercado de trabalho que exige dos trabalhadores que estejam permanentemente dispostos a provar o seu valor e sua capacidade empreendedora de adaptar-se às adversidades, tais transformações na organização do trabalho tem efeitos diversos no psiquismo. Salienta-se a constante sensação de “obsolescência” social e profissional, bem como o dismantelamento da identidade enquanto unidade autorreferencial.

Neste cenário, as formas mesmas de reconhecimento da exploração encontram-se neutralizadas, na medida em que as injunções de desempenho não são mais percebidas como exploração de um outro, mas como dimensão do próprio sistema de interesses do sujeito que, lembremos, encontra-se fundido aos interesses da empresa (DARDOT; LAVAL, 2016). Daí porque, diante de rotinas de trabalho exaustivas e cujos limites da vida privada tornam-se cada vez menos evidentes, uma categoria psicopatológica como o *burnout* ganha relevo na contemporaneidade como uma modalidade de sofrimento intimamente relacionada à individualização da responsabilidade pelas metas e objetivos exigidos no âmbito profissional.

Tal movimento de precarização neoliberal do trabalho encontra seu auge na chamada plataformização do trabalho. Tipo atualizado de gestão trabalhista marcado pela espoliação de direitos e transferência dos riscos e custos do trabalho para o trabalhador que, além de representar aquelas modalidades de trabalho diretamente mediadas por aplicativos (mais recorrentemente aqueles de *delivery* e mobilidade urbana), determina também certa tendência que se descortina nas novas formas de trabalho (ABÍLIO *et al*, 2021). A plataformização produz um tipo específico de relação com o trabalho: amplamente propagada como uma forma de garantir autonomia para o trabalhador que, indispondo de um padrão hierárquico concreto, poderá decidir seu próprio horário, ela inaugura trabalhadores que pensam a si mesmo como seus próprios chefes, mesmo que isso implique em processos de exploração e jornadas de trabalho mais intensos do que qualquer outro padrão poderia proporcionar.

Não por acaso, Melman (2003) localiza no enfraquecimento das referências institucionais clássicas o surgimento de um sujeito orientado pelo imperativo do gozo. Se antes a estrutura simbólica oferecia o referencial que distribuía as pessoas às suas posições, nas sociedades neoliberais as posições encontram-se teoricamente vazias e à disposição de qualquer um que deseje ocupá-las, afinal de contas, como postula a meritocracia neoliberal, tudo é possível a depender do esforço. Este sujeito “sem gravidade”, portanto, toma a si mesmo como referencial último e, na condição de *self-made man* autônomo e livre, encontra-se diante do imperativo capitalista que oferece a ele, ao menos aparentemente,

ilimitadas e infinitas alternativas que o impelem a um regime de liberdade indissociável de uma injunção de gozo permanente.

O declínio das categorias de ordenamento social, que pode facilmente ser equiparado ao declínio mesmo do Nome-do-Pai laciano enquanto significante da interdição, é retomado por Lebrun (2009), para quem, além de despossar o sujeito de referenciais, a contemporaneidade capitalista, ao colonizar o simbólico através do discurso mercantil, suspende as proibições e produz um “mundo” no qual não há limites. Por não perceber de-sautorização, o sujeito mantém uma visão onipotente de si mesmo na qual tudo é alcançável e passível de gozo, sejam coisas ou pessoas.

E é neste contexto de liberdade absoluta de escolha e autonomia, que chama a atenção o fato de uma doença como a depressão, marcada pelo cansaço e pela perda de interesse, ter se tornado a categoria psicopatológica mais relevante e recorrente na contemporaneidade. Mais extraordinário ainda é o fato de – se levamos em consideração a abordagem biomédica que considera a depressão uma doença provocada pelo déficit de produção de serotonina – o cérebro de cerca de 300 milhões de pessoas ao redor do globo coincidentemente ter se desequilibrado ao mesmo tempo.

Fato é que, superando a superficialidade das coincidências, o crescimento espantoso das estatísticas de depressão se dá justamente no mesmo período em que as políticas neoliberais se consolidam a nível mundial, evidenciando que o que está em jogo no fenômeno da depressão é justamente o profundo esgotamento promovido pelo neoliberalismo enquanto efeito de suas práticas de estimulação intensiva, posituação do risco e exigências massivas de produtividade e autoaprimoramento. Como afirma Safatle (2018, p. 188):

a depressão só pode aparecer como problema central no momento em que o modelo disciplinar de gestão de condutas cede lugar a normas que incitam cada um à iniciativa pessoal, à obrigação de ser si mesmo. Pois, contrariamente ao modelo freudiano das neuroses, onde o sofrimento psíquico gira em torno das consequências da polaridade conflitual permitido/proibido, na depressão, tal socialização organizaria a conduta a partir de uma polaridade muito mais complexa e flexível, a saber, a polaridade possível/impossível.

O que significa dizer que o alçamento da depressão à categoria psicopatológica mais recorrente na atualidade é capaz de evidenciar uma ruptura nuclear com a dinâmica de produção de sofrimento descrita pela psicanálise freudiana ortodoxa, bem representada pelos casos clássicos de neurose relatados pelo pai da psicanálise, e que dão ênfase a uma certa internalização de uma lei repressiva responsável por, entre outras coisas, cindir o sujeito entre o seu desejo e a interdição moral civilizatória pela via da culpabilização. Pois o que está em jogo na depressão não é o conflito entre desejo e transgressão, mas o fato de que, alienado de seus condicionantes histórico-sociais e levado a crer-se livre de impeditivos, o sujeito é considerado culpado justamente por não ter levado a cabo o seu desejo (SAFATLE, 2018).

Lembremos como, enquanto governamentalidade, o neoliberalismo age a partir da condução das condutas, de modo que as coerções sofridas não sejam percebidas pelo sujeito como tais, e, sim, como expressões livres de sua própria autonomia. Por isso, não conseguir realizar seus desejos é automaticamente apreendido pelo sujeito como fracasso pessoal, uma insuficiência em sua empreitada de gozar da própria liberdade.

O poder coercitivo na contemporaneidade não se dá mais somente a partir de instrumentos e agentes externos – tal qual o vigilante no interior do panóptico, símbolo do poder disciplinar –, tendo se aprimorado a ponto de colonizar a interioridade mesma do sujeito, cada um fora transformado em seu próprio vigilante (HAN, 2018), de modo que, a fim de garantir a perpetuação da lógica individualista neoliberal e suas formas de controle, o dispositivo “desempenho/gozo”, após determinar o sistema de interesses, volição e comportamento dos indivíduos, os incita vorazmente a serem “si mesmos”.

Tal regime marcado pela obrigatoriedade perpétua de potencializar sua individualidade é o que levará Le Breton (2018) a se debruçar sobre as experiências do “branco”: modalidades de desaparecimento de si empreendidas pelos indivíduos motivadas por um profundo esgotamento. Incapazes de corresponder às exigências de, apesar de todos os riscos e obstáculos materiais, ter que continuamente fazer escolhas, desejar, provar seu potencial, criar sua própria história, os sujeitos encontram saídas as mais diversas, dentre as quais a depressão e o *burnout*, de renunciar a si mesmos, pois: “a renúncia a si é, às vezes, a única maneira de não morrer ou de fugir de algo pior do que a morte” (LE BRETON, 2018, p. 34).

Trata-se então, de entrever – justamente porque todo o dispositivo neoliberal se mobiliza para evitar que assim seja visto – como a depressão e o *burnout*, cada vez mais corriqueiras, são fenômenos absolutamente harmônicos com um sistema cujo trunfo encontra-se justamente em, descobertos os limites da coercitividade intrusiva das sociedades disciplinares, ter revestido a coerção com um verniz de liberdade que, no fim, é capaz até de retirar da vida a sua vivacidade (HAN, 2017). Pois, somente colonizando suas singularidades, fazendo com que os sujeitos se considerem donos do capital que se tornou sua própria existência e engajando-os em um processo contínuo de autoexploração, o capitalismo consegue extrair um ritmo de produção que nenhum chicote, cronômetro, vigilante ou esteira rolante jamais conseguiu operar.

A abordagem crítica destas psicopatologias, exige delinear como, apesar de configurarem-se como modalidades de sofrimento psíquico reagentes à autoexploração imposta pelo neoliberalismo, já foram devidamente albergadas por este (SAFATLE, 2018). Haja vista que, tanto a depressão, que se configura como um esvaziamento de si como recusa em manter-se no circuito de posituação continuado, e o *burnout*, enquanto aceite absoluto que dirige o sujeito à sua consumação, tem como pano de fundo uma relação de assentimento à normatividade neoliberal. Se o segundo representa um sujeito que, tendo entrado no jogo da concorrência e performance o levou até as últimas consequências, o depressivo é aquele que, tendo internalizado as regras do jogo, não foi capaz de manter-se nele, reivindicando para si a figura do fracassado (DUNKER, 2020).

Deste modo, nos parece importante reafirmar o posicionamento de Fisher (2020), para quem os modelos atuais de explicação etiológica de uma “doença” como a depressão tem como objetivo em comum escantear o fato de que sua causa reside sobre uma forma específica de poder social. Pois, como evidenciamos, a apreensão crítica de manifestações como a depressão e o *burnout*, enquanto modalidades de sofrimento psíquico profundamente enraizadas nas práticas de empresariamento do sujeito, tem potencial para desvelar os processos de atualização dos instrumentos de exploração e espoliação coletiva empreendidos pelo neoliberalismo, cujo reconhecimento poderia ser capaz de liberar um tipo de vínculo solidário e emancipatório entre os sujeitos. No entanto, remetendo ao papel histórico desempenhado pelos saberes “psi” hegemônicos no interior do capitalismo, podemos afirmar que ao alienar sua etiologia radicalmente social e conflitiva, transformando a depressão e o *burnout*, respectivamente, em um desequilíbrio bioquímico e em um problema a ser tratado a nível individual, despolitiza-se deliberadamente estas significativas expressões do descontentamento humano aptas a impulsionar uma crítica à normatividade vigente.

>> Considerações finais

Em virtude das análises empreendidas no decorrer deste artigo, podemos afirmar que o neoliberalismo tem desdobramentos decisivos na subjetividade contemporânea e distingue-se de forma notável daquela sob a égide do poder disciplinar.

O detalhamento de alguns dos elementos díspares que compõem o dispositivo desempenho/gozo, evidenciou como o neoliberalismo lança mão de recursos diversos – que vão desde a exportação das práticas discursivas do esporte para campos diversos da vida cotidiana, passando por reformas trabalhistas, até as próprias ciências “psi” e seus quadros nosológicos hegemônicos – para operar uma subversão do papel do Estado tal como fora pensado pelos contratualistas clássicos, haja vista que, apropriando-se dele, não somente instaura uma guerra de todos contra todos, como a gerencia diretamente em vista da garantia de seus interesses.

Ponto reforçado pela própria dinâmica social, na qual se verifica a mobilização de agentes absolutamente heterogêneos, tais quais os políticos, os departamentos de RH, as celebridades, os *coachs*, os profissionais de recrutamento e seleção e os próprios especialistas em saúde mental, na manutenção do neoliberalismo através do engendramento de uma leitura radicalmente individualista do sujeito.

Com efeito, pudemos, ainda, demonstrar alguns processos de alienação em operação na atualidade, visto que, tendo elevado a concorrência à princípio regulador da vida social e transformado o sujeito em um empreendedor de si mesmo desprovido de determinantes histórico-sociais, o neoliberalismo atua em prol da generalização de uma noção individualista de liberdade, responsável por minar as possibilidades de vínculo solidário e impelir o sujeito a uma autoexploração contínua, cujos efeitos não

raramente apresentam-se nefastos, haja vista as estatísticas de *burnout* e suicídio por depressão.

Esperamos, com este artigo, fomentar a criticidade, sobretudo no interior das ciências psi, de modo a despertar em seus operadores o interesse por refletir acerca do horizonte de análise, classificação e intervenção que, por vezes, encontra-se em absoluta consonância com o poder vigente, fonte de intensivas espoliações do sujeito. De forma que, desvelando as estratégias de gestão neoliberal e suas técnicas de empresariamento do sujeito, possa-se articular uma escuta menos conciliadora e mais emancipatória.

Ressalta-se que a escolha do tema se justificou, entre outras coisas, pela atualidade das provocações por ele ambicionadas, bem como pela escassez de literatura sobre o tema e a urgência de fazer circular pesquisas críticas que rompam com o caráter normativo das ciências psicológicas, de modo a instigar uma psicologia crítica, sensível e atenta às subjetividades de seu tempo. Neste sentido, o presente artigo não esgota o tema abordado, sugerindo-se como temas de pesquisa futuros as formas com que o neoliberalismo afeta os diversos estratos sociais, haja vista a desigualdade preconizada por este, bem como uma análise mais aprofundada das convergências entre o discurso neoliberal e algumas das práticas e teorias mais populares da psicologia.

>> Referências

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. Porto Alegre: Sociologias [online], v, 23. N. 57, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>. Acesso em: 07. dez. 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P. *et al.* **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo.** São Paulo: Elefante, 2021.

DUNKER, C. A hipótese depressiva. In: SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N; DUNKER, C (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

EHRENBERG, A. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa.** Aparecida: Idéias e Letras, 2010.

FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica.** São Paulo: Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, F. *et al.* O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N; DUNKER, C (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte:

Autêntica, 2020.

FREIRE FILHO, J. Sonhos de grandeza: o gerenciamento da vida em busca da alta performance. In: FREIRE FILHO, João; COELHO, Maria das Graças. (orgs). **A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREITAS, F; AMARANTES, P. **Medicalização em Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

HACKING, I. Kinds of people: moving targets. *In: Proceedings of the british academy*, v. 151, p. 285-318, 2007.

HACKING, I. **Ontologia histórica**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

HACKING, I. **“Who needs the DSM?”**. London: Review of Books, 2013.

HAN, B. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOBBS, T. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

INTERVIEW FOR SUNDAY TIMES. **Margaret Thatcher Foundation**. 1981. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/104475>. Acesso em: 09 abr. 2023.

LACAN, J. **O seminário livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LAZZARATO, M. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. São Carlos: EdUFSCAR, 2011.

LAZZARATO, M. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 edições, 2017.

LE BRETON, D. **Desaparecer de si: uma tentação contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2018.

LEBRUN, J. **Um mundo sem limites**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2009.

MCKINNON, S. **Genética neoliberal: uma crítica antropológica da psicologia evolucionista**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

MELMAN, C. **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

NEVES, A. *et al.* A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. São Paulo: **Acta Paulista de Enfermagem** [online] v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001> Acesso em: 12 jun. 2023.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SA-

FATLE, V; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAFATLE, V. Arqueologias das sombras da razão. In: FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

SAFATLE, V. **Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N; DUNKER, C (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N; DUNKER, C (orgs.). **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SCLIAR, M. **Saturno nos trópicos: a melancolia europeia chega ao Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SENNET, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SILVA JUNIOR, N. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico e pacto social”, de Hélio Pellegrino, ao “E daí?” de Jair Bolsonaro. In: SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N; DUNKER, C (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.



